



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 12 | Nº. 23 | Jul./Dez. de 2020

Anandrey Cunha

Universidade Estadual do Piauí / UESPI

anandreycunha@hotmail.com

BETWEEN TRUTHS AND VERSIONS: challenges of teaching and production of historical knowledge.

ABSTRACT

This essay discusses the issues surrounding the functions of history teaching in contemporary times, considering that the current postmodern condition of Western Civilization, which questioned the modern categories of knowledge and their goals, allowing for new

ENTRE VERDADES E VERSÕES: desafios do ensino e da produção do conhecimento histórico.

RESUMO

O presente ensaio discute acerca das problemáticas em torno das funções do ensino de História na contemporaneidade, considerando que a atual condição dita Pós-moderna da Civilização Ocidental, que questionou as categorias modernas do conhecimento e suas metas, permitindo novas reflexões, deu também vazão ao desenvolvimento de práticas revisionistas e até mesmo negacionistas. Ainda que se concorde aqui sobre a importância da revisão sobre os cânones da historiografia, torna-se necessário discutir sobre seus limites e intencionalidades, valorizando, se não a cientificidade, mas a ética e o compromisso com a verossimilhança para com o passado. Neste aspecto, o ensino de História teria papel indispensável nesta operação em torno de uma educação integral para o séc. XXI.

Palavras-chave: Ensino. História. Negacionismo. Pós-Modernidade.

reflections, also gave rise to the development of revisionist and even negationists practices. Although there is agreement here on the importance of reviewing the canons of historiography, it is necessary to discuss its limits and intentions, valuing, if not scientificity, but ethics and the commitment to verisimilitude with the past. In this aspect, the teaching of History would have an indispensable role in this operation around an integral education for the 21st century.

Keywords: Teaching. History. Negationism. Post-Modernity.

É comum encontrar exemplos na história de situações nas quais, em meios a graves crises torna-se observável o questionamento de valores tidos como tradicionais nas sociedades imersas no caos. Neste sentido, a descrença nos valores tradicionais não se atém apenas sobre questões políticas ou morais, mas perpassa por muitos outros campos do pensamento social e cultural, abalando estruturas coletivas tidas como consolidadas que, por conta da suposta insuficiência frente aos problemas de determinado instante, desmoronam e dão espaço para o desenvolvimento de novas bases. Neste contínuo processo de rompimentos e constâncias, a civilização ocidental chega a sua atual condição tomada por incertezas sobre seu futuro, mas também sobre seu passado.

No tocante às ciências, tais foram vistas na modernidade como fonte para o acesso à verdade, de modo que seriam capazes de garantir o lançamento de luzes sobre nossa relação com o meio, assegurando a ordem, o progresso e, conseqüentemente, a felicidade dos homens. As ciências, grosso modo, teriam, expressa na infalibilidade do método científico, a condição de fonte dos conhecimentos necessários ao bem da humanidade. Entretanto, não se contava entre os positivistas que houvesse a possibilidade para a abertura de rupturas, crises e com elas espaço para o desenvolvimento de novos paradigmas, agora cada vez mais distante de qualquer caráter definitivo, posto que o caráter inquestionável sobre qualquer conhecimento o faz atingir a condição de dogma, e estes não são compatíveis com o mundo das revoluções científicas (KUHN, 2006).

Entre outras, uma ciência, dotada da mesma pretensão de verdade sobre os homens e as coisas às quais referia-se, desenvolveu-se então, a partir do séc. XIX, com o propósito de versar sobre o passado dos homens e das nações, arrogando para si a condição imodesta de *rainha das ciências* (PESAVENTO, S. J. 2004. p. 13): a História. Sua proposta, atrelada ao reforço de ideais cívicos – destacadamente nacionalistas – consolidou-se por via de sua institucionalização nos principais centros políticos europeus, acompanhada pelo desenvolvimento de uma formidável estrutura para fins de proposição, desenvolvimento e publicação de uma história verdadeiramente nacional, verdadeiramente coletiva e acabada, em nome da coesão social (PROST, A. 2008). À propósito, desde quando se pensa uma educação formal pública, pensa-se sobre as justificativas que dariam sentido à mobilização de recursos materiais e humanos para operação tão complexa como é a da organização de sistemas educacionais. Currículos,

planos de aula, parâmetros e diretrizes elaboram-se e reinventam-se para dar contornos práticos a um ensino tradicionalmente voltado para resultados e disciplinamento que seriam essenciais para a sociedade. A Escola, então, se justificaria no afã da formação cidadã, da habilitação dos sujeitos para o convívio social e o mercado de trabalho. Seu surgimento nos moldes atuais, inclusive, tem suas origens justificadas nas necessidades de uma sociedade iluminada, mas que, entretanto, não escondeu suas contradições.

Em meio a estas pretensões, a sociedade ocidental viveu e vive crises intermináveis. Padrões em colapso, tradições questionadas, choques geracionais e culturais cada vez mais intensos em redes cada vez mais interconectadas levam à percepção de um presente cada vez mais complexo. Na contramão disto, o Ensino, e em especial, o de História, organizou-se por muito tempo quase que perenemente em torno de elementos deveras gerais. Assim, vale questionar sobre o quão possível isso é em tempos tão complexos como os atuais.

No que tange à produção do conhecimento histórico, se na Europa oitocentista uma “história-ciência” desenvolvida no interior das Academias e inflada pela pretensão positivista do seu tempo, afirmou-se por muito tempo como capaz de verificar suficiente qualquer fato passado, tal prepotência em torno da problemática consideração do passado como objeto de análise passou por despercebida pelos historiadores daquele contexto. O sonho da formação de uma ciência dura o bastante para investigar de maneira neutra um passado distante – cronológica e epistemologicamente – em busca de verdades que fossem capazes de justificar um presente e dar condições para um futuro, evolutivo, linear, absoluto, advindo da neutra e objetiva leitura dos documentos, sucumbiu frente a constatação de que apenas “algo semelhante ao passado tenha existido; e, se existiu, o que ocorreu jamais pode ser verdadeiramente conhecido” (LOWENTHAL, D. 1998. p.68). Assim, estabelece-se o dilema em torno do que há. Nem mesmo o passado, então, escapa da dúvida avassaladora.

Em decorrência disso, a produção histórica então se volta para novos horizontes, novas perspectivas, novos objetos, e enseja revisões às narrativas tradicionalmente organizadas, que, se por um lado enriquecem a produção histórica, por outro, evidenciam o caráter caótico e multidirecional dos tempos hodiernos. Sobre estes tempos, Jacques Le Goff (1990, p. 220) nos situa:

[...] no início do século XX, a crise do progresso que se esboça, determina novas atitudes em face do passado, do presente e do futuro. A ligação ao passado começa por adquirir formas inicialmente exasperadas, reacionárias; depois, a segunda metade do século XX, entre a angústia atômica e a euforia do progresso

científico e técnico, volta-se para o passado com nostalgia e, para o futuro, com temor ou esperança. Entretanto, na esteira de Marx, os historiadores esforçam-se por estabelecer novas relações entre presente e passado.

Cabe considerar antecipadamente o que é nossa contemporaneidade. As últimas gerações construíram uma era de desconstruções, questionamentos, fragmentações, lutas e tensões constantes, e estes processos, na medida em que se desenvolvem, redesenham nosso presente e, partindo dele, até mesmo o passado. Essa dissolução da solidez apregoada aos nossos tempos, dão a eles tons complicados e diversos, de pluralidade discursiva complexa e que, em seus emaranhados gera sua verdadeira face, como se a confusão fosse a única certeza dos nossos dias. Nas palavras de Marshall Berman (1986, p. 16), viver nestes tempos:

A modernidade [promove] uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. [...] O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, como a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, [...] sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades [...]. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se de “modernização”.

Se a modernidade e suas discontinuidades sugerem a revisão das práticas e das estruturas de pensamento mais sólidas, críticas à existência de verdades absolutas, questionamento a tradições ora inquestionáveis, não somente o presente sofre com seus efeitos. A controversa constatação de uma “sensibilidade pós-moderna” (VASCONCELOS, 2003, p. 285) é um dos elementos que mantém viva a crise do conhecimento muito por conta de sua crítica às metanarrativas, às teorias e às narrativas que foram desenvolvidas durante a modernidade, exigindo, por conta disso, a abertura de novos feixes a serem questionados; desenvolveu-se, da desconstrução das tradições, uma nova mentalidade para o Ocidente, e dentro deste, alteraram-se referenciais e colocaram-se em xeque certezas, verdades ora tácitas que não são mais invulneráveis à dúvida. Uma mentalidade que, ao admitir, ainda que ressabiada, sua condição plural, dá vida à novos sujeitos, novas identidades, novas práticas culturais, novas temporalidades sincrônicas.

Essa tal Pós-modernidade¹ vem sendo considerada um momento de vivência complexa entre reciclagens, hibridismos, diferentes, preocupado com os conceitos agora questionáveis de tempo, espaço, História, subjetividade, no qual se admite, especialmente dentro da academia, que tais definições seriam definitivamente constructos sociais dotados de historicidade (VILLAÇA, N. 1996). Sobre esta historicidade conceitual, aliás, cabe colocar que

[...] o recurso a um simples prefixo denotando o que vem depois é virtualmente inerente ao próprio conceito, cuja recorrência se poderia esperar de antemão sempre que se fizesse sentir a necessidade ocasional de um marcador de diferença temporal. O uso nesse sentido do termo "pós-moderno" sempre foi de importância circunstancial. Mas o desenvolvimento teórico é outra coisa. A noção de pós-moderno só ganhou difusão mais ampla a partir dos anos 70 (ANDERSON, 1999, p. 20).

Segundo Perry Anderson, as menções a uma Pós-modernidade já se desenvolviam desde o início do séc. XX, ainda que em sentido circunstancial e em espaços periféricos da Civilização Ocidental, que ganhou materialidade e centralidade ao longo dos anos 1970, sobretudo após a publicação de "A Condição Pós-Moderna", de Jean François Lyotard. Para Anderson, sua obra ampliou o valor do conceito de modernismo para além do campo artístico, em direção aos espaços das relações sociais de produção do conhecimento. Este alargamento permitiria uma compreensão maior sobre um tempo no qual o impacto de eventos tidos como modeladores da Modernidade, como a Revolução Francesa, o Idealismo Alemão e os Estados Nacionais, ambos filhos do séc. XIX, teria diminuído a ponto de abrir espaço para uma sociedade na qual o conhecimento teria passado à condição de grande força econômica de produção, caracterizando, assim, a sociedade pós-industrial como um espaço no qual a linguagem se torna múltipla e ilimitável, e que estas tantas se relacionariam constantes e agonisticamente, colocando em xeque, inevitavelmente, as grandes narrativas. (ANDERSON, 1999).

A produção historiográfica também sofre, então, posto que sua concepção ou suas revisões partem deste instante no qual ela se faz presente. Se a História antes pudesse ser considerada o último mito (BAUDRILLARD *Apud* VASCONCELOS, *idem*. p. 292), dono de uma solidez quase romântica investida de respaldo científico por conta do

¹ Este conceito, vale ainda dizer, que não é unanimidade dentro da academia. Berman (1986), por exemplo, entende a existência de uma Modernidade Tardia, enquanto Baumann (1999) postula em torno de uma modernidade líquida. Conclui-se que situar esta suposta temporalidade nos moldes da tradicional história quadripartite ocidental é um problema para o qual se sugeriram diversas soluções.

desenvolvimento, a partir do século XIX na Europa, de toda uma estrutura de produção, valoração e circulação de conhecimentos sobre o passado tidos como vitais para a construção do presente e ainda para uma visualização do futuro, hoje distancia-se da pretensão de falar sobre um passado inquestionável e diretamente responsável sobre o presente para então reconhecer o caráter contingente de qualquer evento e que, neste sentido ainda, toda representação – como a própria narrativa histórica – é historicamente construída (VASCONCELOS, *Ibidem*, p. 294).

Assim, se reconhece aqui que o desenvolvimento das questões sobre as quais se analisa o passado, pelo historiador, não foge do presente em que foram concebidas. Pelo contrário, são imersas nele e, portanto, sujeitas aos contornos do cotidiano do pesquisador. Não somente, mas todo o processo de escolha das fontes, de interpretação sobre as mesmas e seu confronto com as hipóteses previamente levantadas sobre determinada situação geradora da pesquisa, do desenvolvimento de linhas de raciocínio e sua transposição para um texto – e nesse quesito, a irrefutável subjetividade da escrita.

Enquanto fruto das análises e dos relatos coletados ao longo do tempo sobre as ações de diversos sujeitos em diversos espaços, é elevada a condição de ciência por via de uma necessidade nativa do ocidente moderno e desenvolve-se dotada desta pretensão de verdade com vistas a falar sobre o que *realmente* teria acontecido. A verdade, então, racional e comprovável, seria a grande ilusão da produção histórica. Com o tempo, na medida em que os estudos sobre as sociedades e as próprias ciências sociais, passou a se compreender que tal aparência de isenção, de imparcialidade, de absoluta veracidade comprovável pelos documentos e pelos relatos de atestada competência seria de destacável fanfarrice.

O raciocínio pós-moderno abre condições justamente para o desenvolvimento de revisões sobre as metanarrativas. Em História, isso se reflete precisamente através do cruzamento de diferentes campos do conhecimento como a antropologia, a psicologia, a literatura e as artes, além de outros mais tradicionalmente relacionáveis com a pesquisa histórica como a demografia, a geografia e a economia, não mais na proposição de um retorno pela corroboração dos escritos antigos, em seus ditos contextos históricos,

[...] mas com uma leitura de trabalhos históricos em contextos novos e inesperados, não à reconstrução do passado, mas fornecendo um material crítico pelo qual os trabalhos valiosos do passado possam *sobreviver* a seu passado – sobreviver a seu passado de modo a falar-nos acerca de nosso presente” (HARLAN apud VASCONCELOS, *Ibidem*, p. 300).

Ao longo do tempo, a despeito destas pretensões, o que se observou foi o desenvolvimento da figura do sujeito. Não do sujeito em termos físicos, somente, mas sim do sujeito que vive, que agencia sua existência e se percebe no que faz. Essa nova condição do homem moderno contrariou o universalismo iluminista e deu condições para que a velha tradição positivista também colapsasse e sugerisse revisões sobre o trabalho do historiador, seus espaços, objetos², suas noções, seus problemas, suas condições de trabalho e no trabalho. Um sujeito que surge, dentro da modernidade, rompendo em golpes narcísicos a própria condição de sua existência. Stuart Hall (2006), por exemplo, lembra que este homem moderno precisa lidar com as dores de uma existência que, em seus tons seculares, questiona ídolos, não domina a si própria, não possui o que diz possuir, não controla o que fala nem as forças que regem seu cotidiano³.

Considerando os dilemas que envolvem a subjetividade na produção historiográfica, não se pode pensar em um processo livre de revisões. É necessário pensar o revisionismo como uma necessidade dentro da pesquisa histórica, posto que novas perguntas sempre hão de aparecer em meio às situações que o presente oferece ao pesquisador, e nisso surge a necessidade, então, de visitar velhos temas para novas abordagens, seja por conta das necessidades variáveis do presente, seja em função dos efeitos dos acontecimentos do passado que emergem no presente (SCHAFF, 1995). Observe-se o surgimento, então, de novos problemas atribuídos de relevância no interior da comunidade acadêmica e sobretudo fora dela, posto que a ciência, seja em qual área for, perde seu valor quando não se conecta com o tempo e o espaço no qual é produzida. Em História, esta conexão tem um impacto significativo, pois

[...] os novos efeitos dos acontecimentos passados mudam o significado do passado, o significado do que aconteceu. Os acontecimentos que outrora eram ignorados porque não pareciam constituir os antecedentes fundamentais de um fato consecutivo qualquer, são presentemente considerados como eminentemente significantes; outros acontecimentos, que pareciam constituir antecedentes fundamentais, caem no esquecimento como simples pormenores. Neste sentido, a evolução não pode, pela natureza das coisas, ser plenamente compreendida por aqueles que são os seus atores. Estes não podem compreender o “significado” ou os efeitos do que fazem, porque não podem prever o futuro. Compreendemos esta evolução apenas no momento em que ela constitui uma parte do nosso próprio passado; e se ele continua a produzir os seus efeitos, os nossos filhos percebê-lo-ão em termos diferentes dos nossos. Neste sentido, o historiador – como dizia Hegel – assemelha-se efetivamente à coruja de Minerva que não levanta vôo (sic) senão no momento em que se adensam as sombras da noite... não se pode compreender plenamente a história

² O historiador francês Antoine Prost (2008), inclusive, alerta que passado não é objeto, não é substantivo, é adjetivo.

³ Em referência aos trabalhos de, respectivamente em relação ao escrito aqui, Nietzsche, Freud, Marx, Saussure e Foucault, citados em Hall (2005)

acontecida senão à luz de todos os seus efeitos realizados e reconhecidos. O “significado” de qualquer fato histórico consiste no significado que ele possui ainda, na sua ação, nos efeitos que dele resultam (RANDALL, J. H. & HAINES, G. apud SCHAFF, *Ibidem*, p. 276-277).

Por outro lado, a sensibilidade pós-moderna permitiria que, com a crítica levada às últimas consequências em torno da existência do real, seja ele presente ou, em nosso caso, de um passado real que existiria à despeito dos textos e não por via deles, todo referencial seja dotado de carga subjetiva o bastante para não ser capaz, em si mesmo, de ser real, portanto, considera a produção do discurso histórico como mero diálogo com memórias (ANKERSMIT *Apud* LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 92) que se inter-relacionariam sincrônica e diacronicamente, não somente incapacitando a História de alcançar a tal pretensão de verdade dos metódicos alemães ou franceses do séc. XIX, por exemplo, quando pensaram uma ciência-histórica, mas ainda, ao passo que afirma a ausência de referenciais objetivos para a produção da História, reduzindo todo trabalho do historiador se resumiria à produção literária, como afirma Hayden White⁴, motivada única e exclusivamente pelos elementos que compõem a “realidade” do seu produtor. No entanto, Hayden White afirma que a produção do texto histórico, embora notadamente literário, aproxima-se do atributo de verdade através de dois elementos: um protocolo linguístico completo, formado, por exemplo, por um arcabouço conceitual sólido e coerente⁵ com a temporalidade a qual se refere, e a aproximação/diálogo com as fontes, tornando-se, então, um “romance verdadeiro”.

Se por um lado, a fala de White traz conforto pela possibilidade do crédito à narrativa produzida pelo historiador, por outro, ao abrir mão de qualquer referencial objetivo e caminhar em direção a uma crítica levada às suas últimas consequências, abre espaço para novos problemas de ordem ética e política, já que a relativização da verdade também envolveria o relativismo sobre a própria justiça, como as práticas revisionistas e negacionistas⁶ que descredenciam o trabalho acadêmico e a ciência, dando condição para situações perigosas para toda a sociedade.

⁴ Cf. PROST, *Ibidem*, p. 232-233.

⁵ O arcabouço teórico sobre o qual se apropriam os historiadores para produzirem a escrita da História não é exclusivamente dos historiadores. “A história não cessa de pedir de empréstimo os conceitos das disciplinas afins: ela passa o tempo chocando ovos alheios.” (PROST, *Ibidem*, p. 126).

⁶ Considerar-se-ão neste ensaio os conceitos de revisionismo e negacionismo como extremamente próximos, posto que o negacionismo sobre uma determinada ideia é fruto de um processo de revisão repleto de vícios, com base em determinadas intenções e dotado de particularidades que serão discutidas ao longo do texto.

Ao advogar o conhecimento e a verdade como construções consensuais de comunidades particulares, o pós-moderno não acaba por legitimar a ação e as crenças de segmentos sociais neonazistas? Quando a agenda pós-moderna destitui o status ontológico do passado, tratando-o como um simples texto, e define o cientista como aquele que “conta história” (LYOTARD, 2000, p.108), que tipo de resistência ele pode oferecer à disseminação de teses revisionistas? (LOUREIRO; FONTE, *Ibidem*, p. 91-92).

Reconhecer os elementos subjetivos no processo de escrita da História seria condição essencial para a produção de narrativas mais conscientes de sua própria historicidade. A construção da narrativa histórica perpassa por definições, por parte do historiador, de enredo, de sujeitos e agenciamentos, dentro de espaços físicos e temporais. Embora a produção do discurso competente em História não se desfaça dos elementos textuais da narrativa literária, o mesmo também não se desqualifica por conta destes, já que tais são indissociáveis da produção de qualquer relato sobre o passado. No entanto, a narrativa histórica obtém credibilidade através do entrecruzamento de diversos textos (fontes) e ainda de outros trabalhos citados que tiveram, para seu desenvolvimento, acesso a outras informações tidas como relevantes dentro da academia, além do reconhecimento, por parte também da academia, do emprego de rigor nas análises que fuja de vícios como o anacronismo e a aplicação de valores pessoais, individuais ou coletivos, na produção dos resultados das pesquisas e em seu processo de divulgação.

Segundo Michel de Certeau (1982), longe da objetividade absoluta almejada pelos positivistas oitocentistas, a escrita da História se desenvolve através da operação entre o lugar do historiador e os procedimentos de análise dos quais dispõe para sua produção textual, sendo que este deve ser, simultaneamente, fechado, coeso e sintético a fim de reconfigurar-se em verdade histórica, distanciando-se então das narrativas literárias puramente ficcionais que, em essência, não teriam este compromisso com a verossimilhança e a faturalidade. Esta posição, que responde a um suposto problema da legitimidade em Hayden White, não exime a produção do conhecimento histórico de críticas, mas pelo menos a organiza em uma proposta epistemologicamente objetiva dentro do que é possível ser.

O grande problema poderia até não estar na crítica, posto que este é um processo necessário a qualquer pesquisador, mas sim quando, neste turbilhão frenético da modernidade, a pesquisa científica ideologiza-se para além dos limites da pesquisa interferindo não somente na formulação de problemas, mas pervertendo as respostas, dando a elas carga política e propósitos que se distanciam dos interesses acadêmicos e

intelectuais para atender a interesses específicos por via da própria crítica que deveria, primordialmente, contribuir para a produção de conhecimentos que, embora notadamente subjetivos, não se pervertessem à opiniões subjetivas sobrepostas ao método e aos limites éticos da produção historiográfica. Por mais utópica que esta consideração possa parecer, é necessário posicionar o pesquisador dentro de um espaço cuja base de sua atuação esteja alicerçada sobre preceitos éticos que invariem frente às suas produções. Desse modo, já se pode depreender que se entende aqui como negacionista aquele cuja produção incute em vícios teóricos e/ou metodológicos ideologicamente associados a resultados que se pretende obter em relação a um determinado evento ou estrutura, suas marcas ou origens, atores e agências.

Práticas negacionistas na produção da História tem se tornado dia após dia mais populares, comercializáveis no mercado bibliográfico, na televisão, na internet, via *streaming*, *podcasts*, etc. Da produção de diversos trabalhos elaborados sobre notáveis esforços – econômicos e intelectuais⁷ – em nome de narrativas que se propõe a exibir *verdades ocultadas pelo seu professor de História* através da obliteração da lembrança de determinados eventos da consciência pública deslocando o espaço de minorias recentemente inseridas no espaço das análises históricas – ou seja, por muito tempo ocultadas – como indígenas, negros, proscritos, mulheres, revoltos ou mártires, a fim de diminuir as conexões entre passado e presente e as responsabilidades daí decorrentes, preservando, então, o status de certos grupos sociais (DE AVILA, 2021, p. 164).

No Brasil, as tendências negacionistas assumem, geralmente, caráter apologético, em relação a ditadura civil-militar (1964-1985), e de outro, de minimização, ou mesmo negação, dos efeitos, por exemplo, da escravidão e o genocídio indígena (PEREIRA, 2015 *Apud* DE ÁVILA, 2021)⁸, a outros que “revisam” eventos importantes da história ocidental, com grande carga política tais como o Holocausto Judeu ou outros crimes cometidos por outros estados nos últimos séculos⁹. Aliás, vale considerar que práticas negacionistas são facilmente localizáveis, sobretudo quando nos deparamos com questões político-ideológica, de maneira até paradoxal dentro do nosso tempo, já que “a irracionalidade na política e na ideologia não tem tido dificuldade alguma para

⁷ Sugere-se a leitura também do artigo de autoria de Diego Martins Dória Paulo, publicado na revista *Le Monde Diplomatique*, intitulado *Os mitos da Brasil Paralelo*, no qual se pode atestar mais a respeito da mobilização deste grupo, em sentido de capital humano e financeiro. Disponível em <https://diplomatique.org.br/os-mitos-da-brasil-paralelo/>. Acesso em 05.03.2021.

⁸ Merece destaque neste sentido a organização da coleção *Guia politicamente incorreto*, por Luiz Felipe Pondé, Leandro Narloch e Duda Teixeira (LeYa, 2012).

⁹ Cf. MORAIS, 2011; LOUREIRO; FONTE, *ibidem*.

coexistir com, e na realidade usar, a tecnologia mais avançada” (HOBSBAWM, 2013, p. 234).

Repleta de polêmicas e marcada por uma escrita assertiva e de tons “reveladores”, busca dar aos leitores uma experiência que confronte os saberes anteriormente obtidos, pondo-os na condição de ultrapassado e despertando no leitor, principalmente, a condição de vítima, de enganado. É importante compreender que tais práticas procuram atrair leitores muito mais pela ousadia das propostas do que pela qualidade das produções em questão. Se estes ditos historiadores revisionistas se posicionam como tal, cabe considerar que suas produções não costumam ter o rigor que historiadores profissionais aplicam em seus trabalhos, posto que são marcadas por uma dupla fraude consistente na distorção simultânea da prática historiográfica, através da distorção de referenciais teóricos, listas bibliográficas e notas de rodapé, e do passado, ou melhor, dos elementos residuais de um passado sob análise, “ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo” (MORAES, *Ibidem*, p. 15).

Cabe observar ainda que estas tais fraudes não são despropositadas, fruto de falhas no processo de pesquisa ou de alguma incompetência. Pelo contrário, são propositais, e claramente voltadas para a construção de novas posições sociais sobre determinados assuntos, atacando diretamente imagens consolidadas em narrativas tradicionais, questionando posições políticas em detrimento do gosto por outras. Os negacionistas, travestidos da seriedade dos profissionais, desvirtuam a prática historiográfica quando inserem nela suas posições pessoais, ou do grupo ao qual pertencem, na produção do texto historiográfico com fins a produção de resultados que passem primordialmente pela conveniência com aquilo que acreditam, de maneira descompromissada em relação as fontes e à bibliografia consultada na íntegra.

Dentro da produção historiográfica, a pluralidade teórico-metodológica é ponto pacífico, até, no processo, tanto quanto a necessidade de se revisitar, de tempos em tempos, determinados temas e, com base nas perguntas do tempo no qual tais digressões são sugeridas, buscar novas respostas. A História, enquanto ciência, se formula no presente e dele se volta para o que é passado, a fim de saber sobre ele. Neste aspecto, a consciência sobre a intangibilidade do objeto de pesquisa do historiador é condição *sine qua non* para reconhecer que em torno de uma determinada questão não se obterão verdades absolutas, e que, a despeito deste relativismo incontornável, o compromisso do pesquisador passa a circular em torno da validação de sua produção

entre seus pares por via da relação estabelecida entre ela e as fontes que a sustentam, enquanto texto e contexto, construído com fins no presente.

Ao fim e ao cabo, dentro da comunidade científica – universidades, centros educacionais, de pesquisa e afins – é importante compreender os dilemas do tempo presente e as críticas em torno da própria produção acadêmica. O negacionismo não é uma prática isolada dentro da produção historiográfica, tendo efeitos graves sobre outros aspectos do cotidiano. Não se trata de conhecimentos produzidos com fins à ampliação das visões sobre o mundo, mas sim de uma espécie de panfletagem distante do rigor, da ética e do decoro profissional (NAPOLITANO & JUNQUEIRA, 2019).

O ensino de História precisa, no presente, responder a uma demanda social que não está mais centrada em si mesma, ou montada numa ideia de linearidade institucionalizada, mas sim atrelada à noção de que a sociedade contemporânea exige sujeitos que, por onde circulem, sejam conscientes de sua condição e, assim, capazes de interagir e modificar realidades com sentido na alteridade, na consciência social e histórica. Ele precisa, como a própria ciência histórica, compreender a emergência de novas narrativas, partindo de novos lugares, com suas diferentes linguagens, códigos, disputas e relações de poder, e assim criar condições para o respeito, a inclusão e a compreensão do outro.

A educação formal, no entanto, não tem como preocupação imediata o desenvolvimento de uma consciência dos efeitos do passado sobre o presente, por exemplo. Há, nas entrelinhas dos currículos oficiais, muito mais do que se escreve. Segundo Circe M. F. Bittencourt (2018, p. 76),

À sociedade, cabe a difícil tarefa de ser educada para competir e viver de acordo com a lógica do mercado, que exige domínios mais amplos do 'conhecimento'. Para esse modelo capitalista criou-se uma 'sociedade do conhecimento', que exige, além de habilidades intelectuais mais complexas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema de meios de comunicação e de se organizar mais autônoma, individualizada e competitivamente nas relações de trabalho.

Há, entre o dito e o não dito, muito mais do que a vontade em fornecer uma educação para a prática cidadã. Sobretudo nos últimos cinco anos, no Brasil, a implantação da Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio são exemplos importantes de como determinados interesses mais conservadores – de

neoliberais e reacionários - vêm sendo atendidos à despeito de tendências progressistas e plurais materializadas anteriormente¹⁰.

Se por muito tempo a produção histórica silenciou vozes marginais – mulheres, negros, índios, proscritos sociais, em sentido mais amplo não-europeus – em detrimento de discursos tradicionais, observa-se nas últimas décadas um processo de inserção destes sujeitos, que, mais recentemente, corre riscos de retrocessos significativos. Para além dos ditames oficiais ou dos livros didáticos, o ensino de História também precisa trazer estes sujeitos para a sala. Ao invés de visar uma Educação Histórica dita universal, a fim de fazer-se uma educação acessível a todos, o ensino de História precisa ser multiversal, a fim de compreender os diferentes sujeitos, suas interações, seus dilemas, etc. Faz-se urgente considerar, cada vez mais, o espaço do outro no ensino de História. A produção e difusão do conhecimento na escola precisa entender que a sociedade que lhe cerca e lhe dá sentido é móvel e complexa para que sua função de fato se atenda. A História tem condições para contribuir fortemente neste sentido, considerando o papel e a importância dos sujeitos e de suas ações, dentro das redes de relações que traçam nos mais diversos espaços em contato com culturas e sociabilidades diferentes.

É claro que este ensino de História, com estes fins tão nobres, precisa reconhecer que a crise que delinea o tempo presente, digamos, é o que dá sentido ao ensino de História. A pluralidade só pode ser entendida, neste caso, em um processo de ensino que seja transdisciplinar e alicerçado nas necessidades do presente. É do espaço do presente que parte todo processo de significação da atuação docente e, não obstante, da pesquisa histórica. Uma educação integral é quando, ao mesmo tempo que se debruça sobre os mais diversos aspectos da vida do indivíduo, ultrapassa os limites do livro didático e das rígidas estruturas da escola e do professor enquanto centro do processo de produção do conhecimento, não mais se pensando, no presente, em um ensino de História, tanto quanto no ensino de modo geral, com fins essencialmente intelectuais ou acadêmicos.

Neste sentido, o ensino de História tem papel de extrema relevância ao garantir aos sujeitos o despertar de uma condição consciente, não necessariamente vinculada à espíritos nacionais ou dogmas religiosos, mas sim posicionada sobre um dever, por parte do docente, de criar condições para a dupla percepção em torno do sujeito: a percepção individual em relação ao espaço da vida social em todas suas nuances, e a percepção

¹⁰ Cf. DE MELLO & FERREIRA, 2019; ALMEIDA, 2021.

do outro neste mesmo espaço, considerando com suas condições, seus anseios, realidades, posições, estimulando exercício de alteridade.

Considerações finais

A considerar que a produção histórica está diretamente vinculada ao ensino – o próprio desenvolvimento de uma história-ciência no séc. XIX justificou-se pela necessidade de ensinar uma história útil às nações europeias, diga-se – vale considerar que estes dilemas da produção se estenderam às universidades e às salas de aula. Sempre se disse de uma História em favor da cidadania, da sociedade, com funções políticas evidentes e focadas na formação de sujeitos. Seu ensino, de modo geral, foi dotado de funções sociais e também teve suas teorias, métodos e técnicas alteradas ao longo do tempo. *Peri Passu*, o ensino de História também sofreu diversas alterações em suas concepções gerais, motivações e percepções, cada vez mais consciente das particularidades que formam o que entendemos como civilização.

Neste aspecto, voltamos os olhares para uma macro escala das relações humanas no interior de notáveis estruturas e suas instituições, mas dentro da “vida comum” também é possível notar esforços entre os indivíduos ou dados grupos pela negação de determinados fatos, geralmente vexatórios aos que se propõe a negá-las. O professor-pesquisador em História, seja no ensino básico ou no superior, precisa ter consciência destas possibilidades e dar sobrevalor ao diálogo com fontes diversas que possam, em confronto com tais vozes, situar suas posições e, fazendo valer sua condição e compromisso, transmitir em suas produções as particularidades de cada uma em prol de relatos mais fidedignos quanto for possível, valorizando a pluralidade epistemológica, o que exige uma postura quase que despojada de qualquer vaidade metodológica, e o debate e a informação de qualidade, entendida, em síntese, como aquela cuja legitimação dê-se em “respeito às evidências e à responsabilidade teórico conceitual” (DE AVILA, A. L. *Ibidem*, p. 176) que a sustente

Professores e pesquisadores, não somente dentro da educação superior e seus muros tão altos, mas também da educação básica, devem buscar uma prática educacional que saiba lidar com tais produções. Na condição de mediador, o professor de História – não sozinho, mas sobretudo em práticas interdisciplinares – precisa estimular a crítica sobre as produções textuais e a defesa de valores éticos e do método científico, da pesquisa e da defesa de uma prática emancipatória não mais iludida pelo

desejo de se alcançar verdades absolutas, mas de uma prática que o seja ao passo que estimule a criticidade sobre a prática, sobre a escrita e os elementos que dão corpo à determinadas representações do real, como as fontes e o lugar de fala dos que a produzem.

Referências

ALMEIDA, Denis Andrade. **O currículo e o ensino de História nas malhas do neoliberalismo**: competências e formação histórica. 2021. 1 recurso online (177 p.) Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés/Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rev.: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE AVILA, A. L. *Qual passado escolher?* Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 87, p. 116-184, 2021. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>. Acesso em 12.05.2021.

DE MELLO, Paulo Eduardo Dias; FERREIRA, Angela Ribeiro. *Ensino de História em tempos reacionários*: das “ilusões” das prescrições à realidade das proscricções. In: OLIVEIRA, N. A. S.; MORETTO, S. P. **Desafios e resistências no ensino de História**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LOUREIRO, Robson. FONTE, Sandra Soares Della. *Revisionismo histórico e o pós-moderno: indícios de um encontro inusitado*. **Impulso**, Piracicaba v. 20, n. 49, p. 85-95, jan.-jun. 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v20n49p85-95>>. Acesso em 06.11.2020.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. **Projeto História**. Trad. Lúcia Haddad. São Paulo, n. 17, nov., p. 63-201, 1998.

MORAIS, Luís Edmundo de Souza. *O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado*. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo**, julho 2011. Disponível em <<http://nephs.com.br/Download/Article/2153>>. Acesso em 07.11.2020.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos: síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH / USP – Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2J9Y2Kx>>. Acesso em 06.11.2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 6ª ed. Trad.: Maria Paula Duarte. Rev.: Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VASCONCELOS, J. A. *História e pós-modernismo*. In: MENEZES, Edmilson; DONATELLI, Mariza (Org.). **Modernidade e a ideia de História**. Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003, p. 278-303.

VILLAÇA, N. **Paradoxos do pós-moderno: sujeito e ficção**. Rio de Janeiro: URFJ, 1996.

Anandrey Cunha

Mestrando em Ensino de História pelo Programa PROFHISTÓRIA (UESPI/UFRJ), graduado em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
